

Tenda Atacado S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e à Diretoria da
Tenda Atacado S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tenda Atacado S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tenda Atacado S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende : quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, a Sociedade obteve êxito nos processos fiscais relacionados ao ressarcimento do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, através do trânsito em julgado em 14 de março de 2019, registrando o montante de R\$176.142 mil em 2020. Os referidos processos transitados em julgado contemplavam vários períodos de apuração; alto volume de dados; diferentes regras de tributação; complexidade sistêmica na compilação e no processamento dos dados, bem como necessidade de se gerar evidência, incluindo a identificação da documentação original disponível, que permitisse, a qualquer momento, a sua revisão e auditoria pelas autoridades fiscais, e assegurar a existência dos créditos

Devido à relevância dos valores envolvidos, a complexidade dos cálculos com base na sentença judicial transitada em julgado, consideramos a avaliação, mensuração e divulgação desse assunto como área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação do processo estabelecido pela Administração para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários; (ii) avaliação da razoabilidade dos critérios adotados pela Administração para determinar o momento do reconhecimento dos créditos; (iii) envolvimento de especialistas tributários para revisão e análise processual e metodologia de cálculo; (iv) o teste amostral de documentação suporte utilizada na apuração dos créditos fiscais; e (v) revisão da divulgação realizada nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, entendemos que os critérios e metodologias adotados pela Administração para avaliação dos efeitos do registro dos saldos de PIS e COFINS a recuperar, oriundo da exclusão do ICMS na base de cálculo desses tributos, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Eduardo Franco Tenório
Contador
CRC nº 1 SP 216175/O-7

TENDA ATACADO S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	157.832	92.646	Fornecedores	11	487.753	459.462
Contas a receber	6	209.854	54.837	Empréstimos e financiamentos	12	139.961	129.135
Estoques	7	413.183	419.406	Obrigações tributárias		19.751	21.807
Tributos a recuperar	8	76.015	49.517	Obrigações trabalhistas		31.891	25.295
Outros créditos		9.791	3.877	Dividendos à pagar	15	42.123	2.420
Despesas antecipadas		<u>3.473</u>	<u>2.039</u>	Outras contas a pagar		2.970	4.406
Total do ativo circulante		<u>870.148</u>	<u>622.322</u>	Arrendamento mercantil	10	<u>48.191</u>	<u>37.812</u>
				Total do passivo circulante		<u>772.640</u>	<u>680.337</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos		79	109	Empréstimos e financiamentos	12	244.946	97.689
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	6.765	7.925	Receitas antecipadas		274	84
Depósitos judiciais	14	3.139	2.130	Arrendamento mercantil	10	246.410	245.032
Tributos a recuperar	8	60.000	-	Provisão para demandas judiciais	14	<u>9.376</u>	<u>10.820</u>
Imobilizado	9 e 10	543.845	479.432	Total do passivo não circulante		<u>501.006</u>	<u>353.625</u>
Intangível		<u>4.517</u>	<u>1.652</u>				
Total do ativo não circulante		618.345	491.248	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	46.247	46.247
				Reserva Legal		9.378	509
				Reserva de lucros		<u>159.222</u>	<u>32.852</u>
				Total do patrimônio líquido		214.847	79.608
TOTAL DO ATIVO		<u>1.488.493</u>	<u>1.113.570</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.488.493</u>	<u>1.113.570</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TENDA ATACADO S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2020	2019 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	16	4.320.458	3.305.087
Custo dos serviços prestados	17	(3.599.057)	(2.793.780)
LUCRO BRUTO		<u>721.401</u>	<u>511.307</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	17	(531.929)	(431.984)
Despesas com vendas	17	(85.060)	(54.471)
Outras receitas/despesas operacionais	18	<u>129.429</u>	<u>11.999</u>
		(487.560)	(474.456)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>233.841</u>	<u>36.851</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	81.604	21.891
Despesas financeiras	19	(46.006)	(42.076)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>269.439</u>	<u>16.666</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(92.077)	(6.476)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>177.362</u>	<u>10.190</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TENDA ATACADO S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	177.362	10.190
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>177.362</u>	<u>10.190</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TENDA ATACADO S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		46.247	-	25.591	-	71.838
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	10.190	10.190
Reserva Legal	15	-	509	-	(509)	-
Dividendos obrigatórios	15	-	-	-	(2.420)	(2.420)
Transferência para Reserva de Lucros		-	-	7.261	(7.261)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>46.247</u>	<u>509</u>	<u>32.852</u>	<u>-</u>	<u>79.608</u>
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	177.362	177.362
Reserva Legal	15	-	8.869	-	(8.869)	-
Dividendos obrigatórios	15	-	-	-	(42.123)	(42.123)
Transferência para Reserva de Lucros		-	-	126.370	(126.370)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>46.247</u>	<u>9.378</u>	<u>159.222</u>	<u>-</u>	<u>214.847</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TENDA ATACADO S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		177.362	10.190
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social	13	92.077	6.476
Depreciação e amortização		46.722	38.529
Depreciação arrendamento	9 e 10	47.780	44.345
Baixa do imobilizado e intangível		3.645	590
Constituição (reversão) de provisão para demandas judiciais	14	(1.444)	6.649
Constituição de provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	6	314	381
Constituição de provisão de juros sobre arrendamento	10	21.561	21.432
Constituição de provisão de juros sobre empréstimos	12	13.040	13.568
		<u>401.057</u>	<u>142.160</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		(155.331)	(22.608)
Estoques		6.223	(129.984)
Tributos a recuperar		(86.498)	(25.126)
Fornecedores		28.291	101.794
Outros ativos e passivos		(5.033)	23.589
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>188.709</u>	<u>89.825</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(90.923)	(13.871)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>97.786</u>	<u>75.954</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adição de imobilizado	9	(111.983)	(68.101)
Adição de intangível		(3.410)	(1.870)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(115.393)</u>	<u>(69.971)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de dividendos		(2.420)	-
Ingresso de empréstimos	12	305.000	175.869
Juros pagos sobre empréstimos	12	(12.284)	(6.824)
Pagamento de empréstimos	12	(147.672)	(147.651)
Pagamento principal arrendamento	10	(38.270)	(34.440)
Pagamentos juros com arrendamento	10	(21.561)	(28.957)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>82.793</u>	<u>(42.003)</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>65.186</u>	<u>(36.020)</u>
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		92.646	128.666
No final do exercício		157.832	92.646
REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>65.186</u>	<u>(36.020)</u>

As transações não caixa correspondem substancialmente as movimentações de mensuração e remensuração dos ativos de arrendamento de direito de uso, em contrapartida aos passivos de arrendamento mercantil, descritas na nota explicativa nº 10.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TENDA ATACADO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Tenda Atacado S.A. (“Sociedade” ou “Tenda Atacado”) tem como principal objetivo a distribuição e o comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios em geral e a importação e a exportação de produtos relacionados com as suas atividades, por meio de uma rede de 36 lojas, e o comércio varejista de combustíveis automotivos, derivados de petróleo, lubrificantes e componentes automotivos, por meio de 3 postos, cuja operação está distribuída pelo Estado de São Paulo, principalmente na Grande São Paulo e interior.

Fundado em janeiro de 2001, a Sociedade mantém suas operações de Atacadista Distribuidor com comercialização de mais de 10.300 itens. Tem aproximadamente 1 milhão de clientes ativos cadastrados e cerca de 7.050 colaboradores atuando em diversas áreas.

Em 25 de novembro de 2019 foi deliberada e aprovada a transformação da natureza jurídica de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, convertendo-se o total de 46.246.985 quotas sociais em ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 cada. O acionista controlador está divulgado na nota explicativa nº 15.

A pandemia da COVID-19 representou desafios importantes para a operação da Companhia, especialmente em março de 2020, quando as primeiras restrições foram impostas e houve corrida das famílias por diversos produtos, com aumento significativo de demanda pelas vendas online. Ao longo dos meses subsequentes adaptamos nosso sortimento e níveis de estoque, bem como a capacidade dos nossos canais de atendimento à nova dinâmica de demanda, de maneira a garantir a continuidade saudável dos negócios.

Com o objetivo de preservar a saúde e a segurança de nossos colaboradores e clientes, implantamos a partir de março de 2020 uma série de ajustes operacionais, tais como: limitação de entrada de clientes nas lojas, medição de temperatura, disponibilização de álcool em gel, reforço na higienização, trabalho em home-office, consultas à distância, dentre outros.

Apesar de prestarmos um serviço essencial à população e termos mantido nossas lojas abertas durante o período, nossas medidas resultaram em um baixo nível de contaminação por parte dos funcionários, de forma que o absenteísmo não representou ameaça à continuidade das atividades nas lojas, centros de distribuição ou nos escritórios.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E MENSURAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pela “International Accounting Standards Board - IASB”.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na gestão de suas atividades.

b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas notas explicativas a seguir.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o real – R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e as taxas vigentes nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

e) Mudança de política contábil

A política contábil para reconhecimento de créditos extemporâneos de tributos considerava a conta contábil de origem do crédito ou débito. Seguindo essa política contábil, aplicada de forma consistente, os créditos referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e da COFINS foram reconhecidos como redutor da receita líquida em 2019.

Conforme descrito na nota explicativa nº 8, a Sociedade obteve trânsito em julgado em suas ações judiciais que pleiteavam a restituição das parcelas de PIS e COFINS recolhidos com a inclusão do ICMS entre 2001 e 2017, cujo valores envolvidos são expressivamente superiores aos que vinham sido reconhecidos até então, tanto de créditos da mesma natureza, quanto de recuperações ou pagamentos tributários de naturezas diversas.

Considerando que a manutenção da política contábil para reconhecimento dos créditos acima mencionados poderia trazer impactos na análise de evolução da receita da Sociedade, a Administração avaliou e concluiu pela mudança de sua política contábil para contabilização de créditos e pagamentos extemporâneos de impostos, de qualquer natureza, na rubrica de “Outras receitas/despesas operacionais”, não mais seguindo a conta contábil de origem.

Conforme determina o CPC 23/IAS 8, a mudança de política é aplicada, para fins comparativos, nos saldos de créditos extemporâneos de 2019 que foram reclassificados da conta de origem para “Outras receitas/despesas operacionais”, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo originalmente apresentado	Ajuste	Saldo reapresentado
Receita líquida de vendas	3.314.651	(9.564)	3.305.087
Outras receitas/despesas operacionais	2.435	9.564	11.999

f) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram concluídas e autorizadas para emissão pela Diretoria da Sociedade em 26 de março de 2021.

3. REVISÕES E NOVAS INTERPRETAÇÕES DOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2020, a Companhia aplicou emendas e novas interpretações às IFRS e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2020. A adoção dessas emendas e novas interpretações não produziram efeitos materiais nessas demonstrações financeiras.

b) Emitidas e ainda não adotadas

- Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante - Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante. Vigente a partir de 01 janeiro de 2022. A Sociedade está avaliando os impactos desta alteração, porém não espera efeitos significativos em sua adoção.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 - Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos, e IAS 41 – Agricultura. Vigente a partir de 01 de janeiro de 2022. A Sociedade está avaliando os impactos destas melhorias, porém não espera efeitos significativos em sua adoção

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

4. USO DE JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos no encerramento do exercício. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os principais julgamentos e estimativas estão descritos nas seguintes notas explicativas:

	<u>Nota Explicativa</u>
Provisão do valor recuperável de ativos não financeiros	6
Avaliação de recuperabilidade dos ativos tangíveis	9
Obrigações com passivos de arrendamento	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13
Provisão para demandas judiciais	14

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Prática contábil

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Composição do saldo

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixas e bancos	9.396	3.740
Numerários em trânsito	8.200	10.853
Aplicações financeiras – Instituições financeiras	140.236	13.847
Aplicações financeiras – Partes relacionadas	-	64.206
Total	<u>157.832</u>	<u>92.646</u>

As aplicações financeiras com instituições financeiras são de liquidez imediata, remuneradas com base em 100% do Certificado de Depósito Interbancário, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da sua remuneração pactuada.

As aplicações financeiras com partes relacionadas são representadas por duas emissões de debêntures pela associada Tenda Securitizadora S.A. (“Tenda Securitizadora”), conforme segue:

- Primeira emissão em 1 de setembro de 2015, no total de 50.000 debêntures ao valor de R\$1.000,00 cada, securitizáveis e não conversíveis em ações, com liquidez imediata.
- Segunda emissão em 1 de junho de 2016, no total de 70.000 (setenta mil) debêntures ao valor de R\$1.000,00 cada, simples e não conversíveis em ações, com liquidez imediata.

Essas aplicações financeiras foram resgatas em sua totalidade no decorrer de 2020.

6. CONTAS A RECEBER

a) Prática contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias com a utilização de cartões de crédito da rede própria (Voxcred) e de terceiros, principalmente Rede, Cielo e Ticket, bem como vendas diretas a clientes pessoa jurídica, por concessão de crédito.

Os saldos são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos das contas a receber, o qual se aproxima do método de custo amortizado, deduzido das perdas de crédito esperadas, que são estabelecidas quando há indícios de perdas esperadas e que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

b) Uso de julgamentos e estimativas

A Administração da Sociedade realiza avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registra os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. A Sociedade aplicou a abordagem simplificada uma vez que as contas a receber são formadas por contas a receber de administradoras de cartões de crédito, dessa forma, a Sociedade não possui risco atrelado a carteira de clientes.

c) Composição dos saldos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Administradoras de cartões (*)	108.841	9.911
Contas a receber - partes relacionadas (nota explicativa nº 21)	58.991	5.911
Clientes	44.542	41.221
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.520)</u>	<u>(2.206)</u>
Total	<u>209.854</u>	<u>54.837</u>

(*) A Sociedade tem por política realizar antecipação de recebíveis junto a operadoras de cartão de crédito para fins de fortalecimento de caixa de forma eventual e conforme a necessidade de seu fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2020 não houve operações de antecipação desses recebíveis, bem como houve alteração no prazo de repasse do cartão de crédito próprio (Cartão Tenda), passando de D+3 em 2019 para D+30 em 2020.

Contas a receber líquidas por vencimento

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer	192.345	50.576
Vencidos:		
Até 30 dias	2.003	3.054
De 31 a 60 dias	3.531	237
De 61 a 90 dias	74	553
De 91 a 120 dias	1.089	447
Há mais de 120 dias (*)	<u>13.332</u>	<u>2.176</u>
Total	<u>212.374</u>	<u>57.043</u>

(*) Os valores vencidos há mais de 120 dias são substancialmente relacionados ao contas a receber com partes relacionadas (vide nota explicativa nº 21), sendo que foi recebido R\$7.815 até fevereiro de 2021.

Movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Em 1º de janeiro	(2.206)	(1.825)
Adições	(754)	(5.834)
Baixas	440	5.453
Em 31 de dezembro	<u>(2.520)</u>	<u>(2.206)</u>

7. ESTOQUES

a) Prática contábil

Os estoques são registrados pelo custo de aquisição e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos. A Administração ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e outras quebras.

b) Composição dos saldos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lojas	327.489	310.401
Centro de distribuição	85.220	108.534
Combustíveis	474	471
Total	<u>413.183</u>	<u>419.406</u>

A Administração reconhece as perdas diretamente no resultado, portanto, não constitui provisão para estoques, visto que estas se realizam no mês subsequente e o giro do estoque é de aproximadamente um mês.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

a) Prática contábil

Registrados e mantidos no balanço patrimonial pelos valores nominais conhecidos ou estimados atualizados até as datas de encerramento dos exercícios, quando aplicável.

b) Composição dos saldos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PIS e COFINS a recuperar (c)	125.912	42.478
ICMS a recuperar	8.292	4.735
IRRF a recuperar	301	867
IRPJ e CSLL a recuperar	1.383	1.383
Outros impostos a recuperar	127	53
Total	<u>136.015</u>	<u>49.517</u>
Circulante	76.015	49.517
Não circulante	60.000	-
Total	<u>136.015</u>	<u>49.517</u>

c) Créditos de PIS e COFINS – Exclusão do ICMS

Em 15 de março de 2017, com sede em repercussão geral, o STF determinou que o ICMS deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e Cofins. Em 14 de março de 2019, a Sociedade obteve trânsito em julgado em seu processo próprio, confirmando o tema.

Os créditos tributários, no montante de R\$176.142, sendo R\$105.646 correspondente ao principal e R\$70.496 correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2006 a 2017, foram reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (no exercício de 2019 foram reconhecidos o montante R\$24.878, sendo R\$9.563 correspondente a principal e R\$15.315 correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2001 a 2005. Os valores de principal e correção monetária são apresentados na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais liquidas e receitas financeiras, respectivamente.

A Sociedade mensurou os valores a serem recuperados de acordo com a determinação na sentença da ação judicial transitada em julgado, e obteve o deferimento do pedido de habilitação do total desses créditos apurados perante a Receita Federal do Brasil em 10 de agosto de 2020, que estão sendo compensados com os próprios tributos a partir de outubro de 2020. A Sociedade estima que os valores serão integralmente utilizados até 2022. Os valores relativos aos períodos de apuração de março de 2017 em diante, já vinham sendo reconhecidos no resultado desde então.

Com base na decisão definitiva obtida através do trânsito em julgado do processo acima, a Sociedade concluiu que o ativo deixou de ser contingente e, portanto, foi reconhecido nas demonstrações financeiras conforme foram concluídas as etapas de levantamento de documentação, mensuração e homologação dos créditos.

9. IMOBILIZADO

a) Prática contábil e uso de estimativa

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Sociedade obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado que apresentam indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos, considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, através de estudo detalhado para cada UGC, pelo cálculo dos fluxos de caixa futuros descontados e pela utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado

Nas datas de encerramento dos exercícios, o valor contábil do ativo imobilizado é revisado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou Unidade Geradora de Caixa - UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

b) Composição dos saldos

	Taxa anual	2020	2019
Instalações	10%	136.833	119.669
Benfeitorias	10%	250.660	201.392
Móveis e utensílios	10%	43.293	31.623
Equipamentos de informática	20%	36.536	27.909
Veículos	20%	9.222	8.618
Maquinas e equipamentos	10%	36.737	32.091
Outros bens	10%	4.736	3.281
Direito de uso - ativos de arrendamento	-	365.069	317.162
Imobilizado em andamento	-	39.291	15.839
Adiantamento a fornecedores	-	3.319	9.345
Subtotal		925.696	766.929
(-) Depreciação acumulada		(381.851)	(287.497)
Imobilizado líquido		<u>543.845</u>	<u>479.432</u>

c) Movimentação do imobilizado

Custo	2019	Adições	Baixas	Transf.	2020
Instalações	119.669	17.271	(139)	32	136.833
Benfeitorias	201.392	43.548	(306)	6.026	250.660
Móveis e utensílios	31.623	11.736	(66)	-	43.293
Equipamentos de informática	27.909	8.666	(42)	3	36.536
Veículos	8.618	947	(343)	-	9.222
Máquinas e equipamentos	32.091	4.866	(220)	-	36.737
Outros bens	3.281	1.497	(7)	(35)	4.736
Direito de uso - ativos de arrendamento	317.162	50.027	(2.522)	-	365.069
Imobilizado em andamento	15.839	23.452	-	-	39.291
Adiantamento de fornecedores	9.345	-	-	(6.026)	3.319
Total do custo	<u>766.929</u>	<u>162.010</u>	<u>(3.645)</u>	<u>-</u>	<u>925.696</u>

Depreciação	2019	Adições	Baixas	2020
Instalações	(37.020)	(9.632)	2	(46.650)
Benfeitorias	(143.970)	(25.664)	15	(169.619)
Móveis e utensílios	(18.630)	(2.466)	31	(21.065)
Equipamentos de informática	(14.646)	(4.350)	2	(18.994)
Veículos	(6.201)	(793)	271	(6.723)
Máquinas e equipamentos	(20.942)	(1.954)	9	(22.887)
Direito de uso - ativos de arrendamento	(44.345)	(47.780)	-	(92.125)
Outros bens	(2.143)	(1.645)	-	(3.788)
Total da depreciação	<u>(287.497)</u>	<u>(94.284)</u>	<u>330</u>	<u>(381.851)</u>

Imobilizado líquido 479.432 - - 543.845

Custo	2018	Adições	Baixas	Transf.	2019
Instalações	104.133	15.555	(19)	-	119.669
Benfeitorias	188.308	13.126	(42)	-	201.392
Móveis e utensílios	27.332	4.308	(17)	-	31.623
Equipamentos de informática	23.420	5.148	(655)	(4)	27.909
Veículos	7.475	1.335	(192)	-	8.618
Máquinas e equipamentos	28.017	4.104	(30)	-	32.091
Outros bens	1.750	1.578	(51)	4	3.281
Direito de uso - ativos de arrendamento	-	317.162	-	-	317.162
Imobilizado em andamento	1.823	14.016	-	-	15.839
Adiantamento de fornecedores	414	8.931	-	-	9.345
Total do custo	<u>382.672</u>	<u>385.263</u>	<u>(1.006)</u>	<u>-</u>	<u>766.929</u>

Depreciação	2018	Adições	Baixas	2019
Instalações	(33.753)	(12.873)	6	(37.020)
Benfeitorias	(116.792)	(17.185)	7	(143.970)
Móveis e utensílios	(16.759)	(1.878)	7	(18.630)
Equipamentos de informática	(11.826)	(3.366)	546	(14.646)
Veículos	(5.628)	(720)	147	(6.201)
Máquinas e equipamentos	(19.403)	(1.560)	21	(20.942)
Direito de uso - ativos de arrendamento	-	(44.345)	-	(44.345)
Outros bens	(1.310)	(837)	4	(2.143)
Total da depreciação	<u>(205.471)</u>	<u>(82.764)</u>	<u>738</u>	<u>(287.497)</u>
Imobilizado líquido	177.201			479.432

d) Outras divulgações

A Sociedade não possui bens penhorados ou bloqueados judicialmente. Adicionalmente, certos bens foram cedidos em garantia de empréstimos conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

Em 2020 e 2019, a Sociedade não identificou fatores que levassem à necessidade de reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável de seus ativos.

Os itens do ativo imobilizado são compostos por valores residuais historicamente inferiores ao valor justo destes imobilizados, sendo assim a Sociedade avaliou e não ocorreram mudanças na vida útil dos bens durante o exercício corrente.

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

a) Prática contábil e uso de estimativa

A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

A mensuração inicial do ativo de direito de uso é pelo seu custo, que corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. Subsequentemente, o ativo de direito de uso é mensurado utilizando-se o método de custo, que corresponde ao custo menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa incremental. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. No fluxo de caixa os encargos financeiros são registrados como atividades de financiamento.

Para os contratos cuja parcela é calculada com base em percentuais de vendas das lojas (arrendamentos variáveis) a Sociedade não reconhece passivo de arrendamento. Mensalmente os valores de aluguel são registrados no resultado em despesas operacionais.

A Sociedade considerou os valores dos pagamentos dos arrendamentos líquidos dos valores recuperáveis de PIS e COFINS.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (12 meses ou menos) e de ativos de baixo valor, são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

Taxa de juros incremental

A Administração considerou para todos os contratos, taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares aos ativos arrendados na data de assinatura do contrato. As taxas adotadas pela Administração consideram o custo de captação baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário), somado ao *spread* de risco da Sociedade, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. A Administração optou pela utilização da taxa de desconto de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. A taxa média ponderada determinada pela Administração é de 7,34% para contratos até 10 anos e 9,45% para contratos acima de 10 anos.

b) Composição e movimentação dos saldos – ativo e passivo

Ativo de direito de uso	2020	2019
Saldo inicial	272.817	-
Adoção inicial	-	302.762
Transferência arrendamento (IAS 17)	-	14.400
(+) Novos contratos e remensurações	50.027	-
(-) Baixa	(2.522)	-
(-) Depreciação acumulada	(47.780)	(44.345)
Saldo final	<u>272.944</u>	<u>272.817</u>
Passivo de arrendamento	2020	2019
Saldo inicial	282.844	299.941
Transferência arrendamento (IAS 17)	-	7.647
(+) Adições e remensurações	50.027	17.221
(-) Pagamento de juros	(21.561)	(28.957)
(-) Contraprestações	(38.270)	(34.440)
(+) Juros incorridos	21.561	21.432
Saldo final	<u>294.601</u>	<u>282.844</u>
Passivo circulante	48.191	37.812
Passivo não circulante	<u>246.410</u>	<u>245.032</u>
	<u>294.601</u>	<u>282.844</u>

11. FORNECEDORES

a) Composição dos saldos

	2020	2019
Nacionais	342.325	273.901
Internacionais	2.989	2.389
Partes relacionadas (nota explicativa nº 21)	114.643	157.049
Serviços e consumo	27.767	26.110
Outros	28	13
Total	<u>487.753</u>	<u>459.462</u>

A Sociedade mantém operações financeiras relacionadas à antecipação de recebíveis dos seus fornecedores no total de R\$110.029 em 2020 (R\$142.253 em 2019). A referida operação é efetuada com a parte relacionada Tenda Securitizadora e não altera substancialmente os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos entre os fornecedores e a Sociedade, portanto, a Administração a classifica na rubrica de Fornecedores.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição dos saldos

Tipo	Moeda	Taxa média de juros	2020	2019
Capital de giro (i) (iii)	Real	CDI + 2,35% a.a	211.896	102.941
Notas promissórias	Real	120%CDI	70.816	105.674
Debêntures	Real	CDI+1,68% a.a.	89.577	-
Financiamentos - FINAME	Real	4,50% a.a	12.343	17.933
Outros financiamentos (iv)	Real	-	275	275
Total			384.907	226.823
Circulante			139.961	129.135
Não circulante			244.946	97.689

b) Movimentação dos saldos

Tipo	2019	Entrada	Pagamento principal	Pagamento juros	Juros	2020
Capital de giro	102.941	195.000	(86.379)	(6.750)	7.084	211.896
Notas promissórias	105.674	-	(35.070)	(1.720)	1.932	70.816
Debêntures	-	110.000	(20.625)	(2.868)	3.070	89.577
Financiamentos – FINAME	17.933	-	(5.598)	(946)	954	12.343
Outros financiamentos	275	-	-	-	-	275
Total	226.823	305.000	(147.672)	(12.284)	13.040	384.907

- (i) Na modalidade capital de giro a Sociedade possui contratos firmados em dólar (resolução 4131) que representam R\$65.237 do montante em 31 de dezembro de 2019. Em 2020 não temos contratos firmados em dólar.
- (ii) Emissão pública de Debêntures simples não conversíveis em ações, série única, captada em 30 de março de 2020 no valor de R\$110.000, com vencimento final março de 2024.
- (iii) Cédulas de Créditos Bancárias com instituições financeiras que totalizam R\$195.000, captadas em julho e dezembro de 2020 com vencimento final em dezembro de 2024.
- (iv) Outros financiamentos são constituídos por contratos de metas de venda com a Shell do Brasil.

c) Garantias

Para os contratos de Finame as garantias são os próprios bens financiados, para os demais contratos as garantias são avais das empresas do Grupo e/ou dos quotistas da Sociedade.

Para os contratos de capital de giro, a Sociedade possui notas promissórias de série 6ª a 12ª emitidas em 5 de agosto de 2019 no valor de R\$105.000, com vencimento final em agosto de 2022.

Os avalistas são empresas do grupo e/ou os quotistas da Sociedade e estas notas estão sujeitas a cláusulas de *covenants* descritas abaixo.

d) Cláusulas restritivas (*covenants*)

O empréstimo de capital de giro (nota promissória) captados com o Banco Safra está sujeito a cláusulas restritivas que estabelecem, além de determinadas obrigações usuais, que a dívida financeira líquida em relação ao índice EBITDA não exceda 4,00. A Sociedade está adimplente com esta obrigação em 31 de dezembro de 2020.

As debêntures emitidas estão sujeitas às cláusulas restritivas que estabelecem, além de determinadas obrigações usuais, que a dívida financeira líquida em relação ao índice EBITDA não exceda 3,50. A Sociedade está adimplente com esta obrigação em 31 de dezembro de 2020.

O empréstimo de capital de giro (NCE) realizado junto ao Banco do Brasil S.A. está sujeito a cláusulas restritivas, que estabelecem, além de determinadas obrigações usuais, que a dívida financeira líquida em relação ao índice EBITDA, não exceda 2,75. A Sociedade está adimplente com esta obrigação em 31 de dezembro de 2020.

e) Cronograma de vencimentos

Ano	2020
2022	136.071
2023	82.259
2024	26.590
2025	26
Total	<u>244.946</u>

13. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Prática contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, sendo revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	269.439	16.666
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(91.609)	(5.666)
Efeito das adições e exclusões:		
Multas indedutíveis	(104)	(21)
Donativos e contribuições	(1.418)	(10)
Brindes	(539)	(142)
Outros	(35)	(677)
	<u>(93.705)</u>	<u>(6.516)</u>
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	1.628	40
Imposto de renda e contribuição social efetivos	<u>(92.077)</u>	<u>(6.476)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(90.917)	(13.872)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.160)	7.396
Alíquota efetiva	35%	39%

c) Impostos de renda e contribuição social diferidos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisões diversas	344	239
Provisão para riscos	3.188	3.679
Arrendamento	2.500	3.368
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	733	639
Total	<u>6.765</u>	<u>7.925</u>

d) Cronograma de realização

Ano	2020
2021	1.015
2022 a 2025	<u>5.750</u>
Total	<u>6.765</u>

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias.

Em função do histórico recente de lucros tributáveis e da projeção de lucratividade futura para realização desses ativos, a Sociedade mantém registrado o crédito fiscal referente a diferenças temporárias.

14. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

a) Prática contábil

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado de desembolso de caixa futuro, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião das assessorias legais da Sociedade.

b) Composição e movimentação dos saldos

	<u>2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2020</u>
Trabalhistas (i)	5.068	947	(1.705)	4.310
Cíveis (ii)	<u>5.752</u>	<u>1.070</u>	<u>(1.756)</u>	<u>5.066</u>
Total	<u>10.820</u>	<u>2.017</u>	<u>(3.461)</u>	<u>9.376</u>

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões trabalhistas e cíveis movidos contra a Sociedade, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, como segue:

- (i) Processos trabalhistas, principalmente relativos a demissões no curso normal de seus negócios.
- (ii) Processos de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais.

A Sociedade possui depósitos judiciais trabalhistas no valor de R\$3.139 (R\$2.130 em 2019) que são efetuados para garantia dos processos em curso.

c) Processos classificados como possíveis

A Sociedade também é parte em contingências administrativas e judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista no montante de R\$35.225(R\$16.041 em 2019). Com base na análise individual dos processos judiciais correspondentes e, suportada por opinião de seus assessores legais, a Administração entende que esses processos, cujos prognósticos de perda são avaliados como possíveis, não necessitam de provisão.

As contingências classificadas como possíveis referem-se, basicamente, a autos de infração da Receita Federal no montante de R\$20.389, créditos de PIS e Cofins não homologados pela Receita Federal no montante de R\$4.968 (R\$9.102 em 2019) e atuações de ICMS no montante de R\$1.389 (R\$2.975 em 2019).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$46.247, representado por 46.247.000 ações ordinárias nominativas no valor de R\$1,00 cada. O principal controlador final da Sociedade é a Família Severini.

b) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações. A Sociedade provisionou dividendos obrigatórios no valor de R\$42.123 para o exercício de 2020 (R\$2.420 em 2019), representando 25% do lucro líquido do exercício, excluindo a reserva legal.

16. RECEITA LÍQUIDA

a) Prática contábil

As seguintes etapas são observadas no reconhecimento da receita: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando existe a transferência de controle para o comprador. A Sociedade também deve deixar de ter o controle ou a responsabilidade pelas mercadorias vendidas, bem como os benefícios econômicos gerados para a Sociedade através da venda de produtos. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta.

b) Composição dos saldos

	2020	2019 (reapresentado)
Mercado interno	4.621.983	3.533.995
Mercado externo	23.201	35.271
Comercial exportadora	4.899	2.573
Devoluções e abatimentos	(12.074)	(10.822)
ICMS sobre vendas	(161.182)	(121.219)
PIS sobre vendas	(27.792)	(23.812)
COFINS vendas	(128.577)	(110.899)
Receita líquida	<u>4.320.458</u>	<u>3.305.087</u>

17. DESPESAS POR NATUREZA

a) Prática contábil

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas em nota explicativa.

b) Composição dos saldos

	2020	2019
Custo com estoques	3.599.057	2.793.780
Despesas com pessoal	266.808	217.559
Serviços de terceiros	22.806	16.710
Material de consumo	35.040	24.702
Outras Despesas	292.335	227.484
	<u>4.216.046</u>	<u>3.280.235</u>
Custo das mercadorias vendidas (*)	3.599.057	2.793.780
Despesas com vendas	85.060	54.471
Despesas gerais e administrativas	531.929	431.984
	<u>4.216.046</u>	<u>3.280.235</u>

(*) A Sociedade recebe bonificações, abatimentos em duplicata e mercadorias de fornecedores relativas aos contratos de fornecimento “acordos comerciais de composição de custo”, que são registradas como redutora das compras e reconhecidas ao resultado no período em que o estoque relacionado é vendido.

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2020	2019 (reapresentado)
Créditos de PIS e Cofins (i)	105.646	9.564
Créditos de ICMS (ii)	19.857	-
Outras receitas, líquidas	3.926	2.435
	<u>129.429</u>	<u>11.999</u>

- (i) Créditos relacionados à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins. Vide nota explicativa nº 7.
- (ii) (Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia mantém centros de distribuição localizados estrategicamente no Estado de São Paulo, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia, então, as enviam para estabelecimentos. Essa remessa garante a Companhia o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna do Estado de São Paulo. O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Sociedade, o que pode ocorrer em períodos subsequentes ao da sua geração. No decorrer do ano de 2020, a Sociedade reconheceu o montante de R\$19.857 relacionados a esses créditos apurados e homologados em 2020 e que se referem a períodos anteriores.

19. RESULTADO FINANCEIRO

a) Prática contábil

As receitas e despesas financeiras da Sociedade compreendem: (i) despesa de juros; (ii) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

b) Composição dos saldos

Despesa financeira	2020	2019
Despesa financeira		
Juros sobre empréstimos	(12.642)	(14.727)
Impostos sobre receitas financeiras	(96)	(138)
Despesas de variação cambial	(6.518)	(1.374)
Despesas com contratos	(1.520)	(1.432)
Despesas com antecipações	(3.308)	(2.514)
Juros sobre arrendamento	(21.561)	(21.432)
Outras despesas financeiras	(359)	(459)
Total	<u>(46.006)</u>	<u>(42.076)</u>

Despesa financeira	2020	2019
Receita financeira		
Receitas de aplicações financeiras	1.822	2.296
Receitas de variação cambial	9.030	2.088
Receitas juros sobre créditos tributários (*)	70.497	17.036
Outras receitas financeiras	255	471
Total	<u>81.604</u>	<u>21.891</u>

(*) Correção monetária sobre os créditos relacionados à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins. Vide nota explicativa nº 7.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Prática contábil

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Sociedade quando a Sociedade for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros:

- **Custo amortizado**

Quando um ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e

Quando os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

- **Valor justo por meio do resultado (“VJR”):**

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensuração ao custo amortizado acima mencionados são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório e os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados pelo regime de competência na demonstração do resultado, nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”, respectivamente.

A Administração desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Sociedade em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como:

- Valor justo por meio do resultado

Compreendem os passivos mantidos para negociação mensurados pelo valor justo e cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Compreendem os passivos mensurados pelo método da taxa efetiva de juros, incluindo empréstimos, com alocação dos juros efetivos incorridos pelo respectivo período do contrato.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

b) Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	157.832	157.832
Contas a receber	209.854	209.854
Outros créditos	9.791	9.791
Depósitos judiciais	3.139	3.139
Total ativo	380.616	380.616
Fornecedores	487.753	487.753
Empréstimos e financiamentos	384.907	384.907
Passivo de arrendamento	294.601	294.601
Outras contas a pagar	2.970	2.970
Total passivo	1.170.231	1.170.231

Em 31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	92.646	64.206	28.440
Contas a receber	54.837	-	54.837
Outros créditos	3.877	-	3.877
Depósitos Judiciais	2.130	-	-
Total ativo	<u>153.490</u>	<u>64.206</u>	<u>87.154</u>
Fornecedores	459.463	-	459.463
Empréstimos e financiamentos	226.823	-	226.823
Passivo de arrendamento	282.722	-	282.722
Outras contas a pagar	4.410	-	4.410
Total passivo	<u>973.418</u>	<u>-</u>	<u>973.418</u>

c) Valor justo versus contábil

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2020, não havia instrumentos financeiros mensurados ao valor justo. Em 2019, o instrumento financeiro avaliado ao valor justo estava assim classificado:

Em 31 de dezembro de 2019	Nota explicativa	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	64.206	-	64.206

Nenhum ativo ou passivo mensurado pelo valor justo foi reclassificado entre os níveis entre 31 de dezembro de 2020 e 2019.

d) Principais riscos financeiros aos quais estamos expostos

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, ao qual a Sociedade entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Sociedade não conseguir liquidar seus passivos financeiros quando vencerem. Nós gerenciamos nosso risco de liquidez assegurando, na medida do possível, que dispomos, em qualquer momento, de ativos líquidos disponíveis suficientes para liquidar, considerando nossas linhas de crédito, nossos passivos quando de sua data de vencimento, quaisquer que sejam as condições de mercado.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	2020			Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	
Fornecedores	487.753	-	-	487.753
Contas a pagar	2.970	-	-	2.970
Empréstimos e financiamentos	139.961	218.054	26.616	384.631
Passivo de arrendamento	48.191	115.812	130.598	294.601

Operação	2019			Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	
Fornecedores	459.463	-	-	459.463
Contas a pagar	4.410	-	-	4.410
Empréstimos e financiamentos	129.135	91.241	6.447	226.823
Passivo de arrendamento	37.812	115.597	126.866	280.275

As projeções de fluxo de caixa da Sociedade são monitoradas de forma contínua, para melhor ajustar os recursos disponíveis, bem como antecipar quaisquer eventos que possam afetar a nossa liquidez. Nós diversificamos nossas fontes de financiamento, através de contratações de empréstimos e da venda de recebíveis, junto a parte relacionada Tenda Securitizadora (vide nota 19).

f) Risco da taxa de juros

A Sociedade possui ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juro. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue:

2020	Exposição	Baixo			Alto		
		10%	25%	50%	10%	25%	50%
Caixa e equivalentes de caixa	157.832	15.783	39.458	78.916	(15.783)	(39.458)	(78.916)
Empréstimos	(384.907)	(38.490)	(96.226)	(192.453)	38.490	96.226	192.453
Exposição líquida	<u>(227.075)</u>	<u>(22.707)</u>	<u>(56.768)</u>	<u>(113.537)</u>	<u>22.707</u>	<u>56.768</u>	<u>113.537</u>
2019	Exposição	Baixo			Alto		
		10%	25%	50%	10%	25%	50%
Caixa e equivalentes de caixa	92.646	9.265	23.162	46.323	(9.265)	(23.162)	(46.323)
Empréstimos	(226.823)	(22.682)	(56.706)	(113.412)	22.682	56.706	113.412
Exposição líquida	<u>(134.177)</u>	<u>(13.418)</u>	<u>(33.544)</u>	<u>(67.089)</u>	<u>13.418</u>	<u>33.544</u>	<u>67.089</u>

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, a Administração considerou uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 10%, 25% e 50%, respectivamente, no risco variável até a data de vencimento de tais instrumentos financeiros.

Em 2019, a Sociedade possuía empréstimos denominados em moeda estrangeira, porém a exposição cambial das operações resolução 4131 estão protegidas através de instrumento financeiro derivativo “swap”, a exposição cambial das operações de ACC estão protegidas pelas exportações ao fim de dezembro de 2019.

g) Risco de crédito

O principal risco decorre de eventual dificuldade de liquidação das contas a receber proveniente de vendas do atacado com saldo em aberto de R\$12.605, com provisão de perda constituída de R\$1.710, representando aproximadamente 0,5% em comparação as vendas no exercício de 2020.

A Sociedade exerce uma postura ativa sobre o gerenciamento dos diversos riscos a que está sujeita, através de um conjunto de iniciativas, procedimentos e políticas operacionais abrangentes que permitem mitigar os riscos inerentes ao exercício das suas atividades.

A idade de vencimento de suas contas a receber e análise das perdas por inadimplência estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

h) Transações com instrumentos financeiros derivativos

Em 2019, a Sociedade contratou operações de swap para proteção contra o impacto da variação cambial na operação de financiamento em moeda estrangeira, em que a variação cambial e as taxas de juros foram trocadas por encargos financeiros atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Não há operações contratadas em 2020.

21. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a valores decorrentes de serviços prestados às Sociedades coligadas, saldos e transações provenientes de venda e compra de mercadorias para abastecimento de lojas, repassadas pelo valor dos custos efetivamente incorridos, pagamento de aluguel pela utilização das lojas e operação de securitização de títulos.

a) Composição dos saldos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Aplicações financeiras:		
Tenda Securitizadora S.A.	-	64.206
Contas a receber:		
Voxcred Adm. Cartões, Serviços e Processamento S/A	59.010	5.425
Outras contas a receber:		
Alimenta Angola Ltda.	<u>23.712</u>	<u>25.460</u>
Total Ativo	<u><u>82.722</u></u>	<u><u>95.091</u></u>
<u>Passivo circulante</u>		
Fornecedores:		
Apoio Trade Ltda.	-	100
Técnica Administração e Participações Ltda. e Técnica CRP		
Empreendimento Imob. SPE Ltda. (i)	2.083	4.916
Select Logística Integrada Ltda.	2.464	9.427
Voxcred Adm. Cartões, Serviços e Processamento S/A.	29	420
Tenda Securitizadora S.A.	110.029	142.253
Passivo circulante e não circulante:		
Arrendamento mercantil		
Técnica Administração e Participações Ltda. e Técnica CRP		
Empreendimento Imob. SPE Ltda. (i)	<u>109.899</u>	<u>95.487</u>
Total Passivo	<u><u>224.504</u></u>	<u><u>252.603</u></u>
<u>Resultado</u>		
Receita na venda de mercadorias:		
Alimenta Angola Ltda.	23.201	37.844
Outras receitas:		
Alimenta Angola Ltda.	-	532
Devoluções s/ venda de mercadorias:		
Select Logística Integrada Ltda.	-	(1)
Despesas:		
Select Logística Integrada Ltda. - Fretes	(55.840)	(37.777)
Técnica Administração e Participações Ltda. e Técnica CRP		
Empreendimento Imob. SPE Ltda. (ii)	(26.114)	(22.624)
Voxcred Adm. Cartões, Serviços e Processamento S/A - Tarifa Cartão	<u>(3.657)</u>	<u>(2.672)</u>
Total do resultado	<u><u>(62.410)</u></u>	<u><u>(24.698)</u></u>

(i) Em 2020, a Técnica CRP Empreendimento Imob. SPE Ltda. foi incorporada pela Técnica Administração e Participações Ltda. em 31 de outubro de 2020.

(ii) Valores correspondentes as despesas com depreciação e juros incorridos nos contratos de arrendamento mercantil.

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, bem como as transações que afetaram o resultado do exercício, relativos a transações com Sociedades relacionadas, foram realizados em condições específicas acordadas entre as partes para os respectivos tipos de transações.

b) Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos administradores da Sociedade são resumidas como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pró-labore	48	48
